

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

38

Ano XVI - Nº 38 - Junho de 2006

A corrupção venceu
a esperança

Precarização do trabalho
docente no Brasil

Final de mandato presidencial:

O balanço é negativo

Política de cotas



A corrupção venceu a esperança

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Auditora fiscal da Receita Federal, diretora do Unafisco Sindical

Após 500 anos de exploração colonialista e de domínio das elites, que fizeram deste país um dos mais desiguais do mundo, submetendo-o à ditadura do capital sob todas as formas, uma esperança sem precedentes tomou conta do povo brasileiro. A eleição de um trabalhador para comandar o Brasil constituía a esperança não somente dos brasileiros, mas também das demais nações exploradas do Sul, que vislumbravam a possibilidade de este nosso gigante país liderar uma mudança na correlação de forças que regem a hegemonia do capital.

Quase no final do mandato de Lula, a avaliação que fazemos, do ponto de vista dos trabalhadores e movimentos sociais, é deprimente e revoltante. O modelo econômico neoliberal iniciado por Collor e consolidado por FHC foi ainda mais aprofundado pelo atual governo, que deu seqüência às reformas do Estado e manteve a prioridade do capital, remunerando

os rentistas como nunca, à custa de enorme sacrifício imposto à sociedade. A “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada em 22 de junho de 2002, foi o início da guinada de um projeto que vinha sendo construído há 20 anos. Apelidada de “Carta aos Banqueiros”, tornou vazios ou sem fundamento os marcos da campanha de Lula e seus nobres compromissos contidos no livrinho azul (*Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002*), editado em março de 2002. Traindo o povo brasileiro, nesta “Carta” Lula disse: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.”

À medida que o governo Lula e o PT assumiam o projeto que fora derrotado nas eleições, diluía-se a esperança de mudança daqueles que efetivamente elegeram um trabalhador

para o cargo de presidente da República. A partir do momento em que o governo fez a opção pelo mercado financeiro - pelo projeto dos que não o elegeram - e passou a adotar medidas neoliberais, o ritmo do processo se acelerou, pois já não tínhamos mais a oposição para exercer o papel antes desempenhado pelo PT e demais partidos que passaram a compor a base do governo no Congresso. Assim, foi aumentado o superávit primário para conquistar a confiança dos mercados; foram aprovadas a reforma da Previdência, a fatia da reforma tributária que interessava ao capital (continuidade da Desvinculação das Receitas da União – DRU¹ - e da CPMF), a Lei de Falências, entre outras. Paralelamente, o governo acelerou a reforma universitária. O Governo Lula também promoveu diversos leilões das ricas jazidas de petróleo da costa brasileira; autorizou a comercialização de transgênicos; efetuou a maior reforma cambial e financeira de todos os tempos, à revelia do Congresso Nacional, liberando a movimentação de capitais de forma temerária para o país; emitiu títulos da dívida interna e externa aos bilhões e introduziu, também à revelia do Congresso Nacional, a famigerada cláusula CAC² nos títulos da dívida externa.

Não esperávamos que o governo Lula resolvesse, em seu mandato, os problemas que flagelam o país há 500 anos. O que não contávamos é que fosse ainda mais ortodoxo que seu antecessor, em todas as áreas, e ainda, que se envolvesse em tamanha corrupção.

Logo que tomou posse, Lula elegeu a reforma da Previdência como prioritária. O mercado, ávido pela privatização da previdência dos servidores públicos em favor dos fundos de pensão, exigia uma prova que fosse além do discurso e da Carta, o que fez com que Lula

subisse a rampa do Congresso Nacional para entregar o projeto pessoalmente ao seu presidente, demonstrando publicamente que de fato havia mudado. O interesse do mercado financeiro e dos fundos de pensão falou mais alto que os direitos dos funcionários públicos - ativos e aposentados. Os parlamentares que se mantiveram fiéis aos princípios defendidos em toda a história do PT restaram expulsos do partido. Outros, da base do governo, que se posicionavam a favor dos servidores, eram sumariamente substituídos nas comissões. A pressão foi brutal. A imensa mobilização de servidores públicos, que somaram mais de 80 mil na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, naquele início de agosto de 2003, não foi suficiente para interromper a votação, que hoje sabemos estava regada pelos milionários “mensalões”. A repressão à luta dos trabalhadores, em alguns momentos, remeteu nossas lembranças aos amargos tempos da ditadura, pois fomos proibidos de assistir à sessão da Câmara dos Deputados que votava, na madrugada, a PEC 40; a polícia armada, convocada pelo próprio presidente, deputado João Paulo (PT-SP), impedia o acesso dos servidores públicos; e aqueles companheiros que conseguiram entrar foram levados aos porões desconhecidos da “Casa do Povo”.

A classe trabalhadora aguardava uma melhor distribuição de renda, pois havia o compromisso de implementar mudanças no sistema tributário (página 54, item 62 do *livrinho azul*)³, tornando-o mais justo; de promover ajustes na política de juros (página 53, item 60); de realizar auditoria da dívida pública (página 47, item 51); estabelecer controle de capitais (página 50, item 54); rever o processo de privatizações dos governos anteriores (página 51, item 57) e recuperar o poder de compra do sa-

A classe trabalhadora aguardava uma melhor distribuição de renda, pois havia o compromisso de implementar mudanças no sistema tributário, tornando-o mais justo.

lário mínimo. O que se efetivou, na prática, foi o aumento da carga tributária sobre o consumo, penalizando-se a camada da população de mais baixa renda e aumentando ainda mais a regressividade do sistema. Foi um período de juros exorbitantes, de uma remuneração do capital sem precedentes em toda a história; da maior transferência de recursos para o exterior, de mais benesses tributárias para o capital, de maior liberação financeira e comercial, de maior liberdade cambial. O compromisso de realizar a auditoria da dívida foi transformado no compromisso de privilégio total para a dívida, aumentando-se o superávit primário a cada ano e superando-se as metas estabelecidas pelo FMI. Ao invés de rever o processo das privatizações, o governo deu passos temerários no caminho da privatização da previdência social (por meio da reforma que promoveu a multiplicação dos fundos de pensão), da privatização do ensino universitário (por meio do ProUni) e das jazidas de petróleo, arrematadas por companhias estrangeiras nos leilões oficiais. Parlamentares da base do governo que votaram contra o pífio reajuste proposto pelo governo para o salário mínimo sofreram penas de advertência e suspensão.

O presidente sindicalista enviou ao Congresso Nacional projeto de reforma sindical com viés contrário aos interesses dos trabalhadores, enfraquecendo a organização sindical e as possibilidades de luta por melhores condições para a classe trabalhadora. Esta reforma não chegou a ser aprovada, graças à mobilização tanto do setor público quanto do privado, que denunciaram que tal reforma visava a enfraquecer os sindicatos para preparar terreno para o golpe seguinte - a reforma trabalhista. O presidente Lula chegou a afirmar, em reunião com jornalistas, dia 11 de fevereiro de 2004: “*Tudo é*

negociável, menos as férias de 30 dias”.

A reforma universitária também foi lançada pelo governo, que também aprovou o chamado “Pró-Uni”, privilegiando as universidades privadas por meio da isenção de tributos importantes: Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS. Em troca, exige que as faculdades privadas ofereçam bolsas de estudo no valor de apenas 8,5% de sua receita. Ora, em vez de investir no ensino superior público, recuperando as instalações, investindo em pesquisas, aumentando o número de vagas e remunerando os professores com dignidade, o governo promove uma “compra de vagas” junto às faculdades privadas, que agora podem mais facilmente resolver seus maiores problemas: a ociosidade decorrente de sobra de vagas e a inadimplência, fruto da queda da renda dos brasileiros nos últimos anos.

Está claro que o problema da educação no Brasil é grave, conforme recente estudo da Unesco, divulgado em 25 de abril de 2006, que coloca o Brasil em 126º lugar no ranking de repetência no ensino fundamental (1ª a 4ª séries), dentre os 142 países que inte-

graram o estudo. A taxa de repetência brasileira, de 20,6%, é superior à da Argentina (6,4%), Venezuela (7,3%), Paraguai (7,3%), e até mesmo do Haiti (15,4%), o país mais pobre das Américas⁴.

Com relação ao ensino médio, dados do próprio Ministério da Educação comprovam que os estudantes das escolas secundárias privadas possuem propensão significativamente superior para entrar nas faculdades públicas. Enquanto apenas 12,1% dos estudantes do ensino médio estão nas escolas privadas, nas universidades federais nada menos que 42,5% das matrículas são de alunos provenientes do ensino médio privado⁵. Agravando a situação, apenas 17,3% da popula-

A taxa de repetência brasileira, de 20,6%, é superior à da Argentina (6,4%), Venezuela (7,3%), Paraguai (7,3%), e até mesmo do Haiti (15,4%), o país mais pobre das Américas.

ção brasileira entre 18 e 24 anos está matriculada no terceiro grau, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2004⁶.

Tentando desviar a atenção dos principais problemas da educação superior no Brasil, o governo propagandeia a criação de cotas para negros e índios como uma grande ação. Porém, dada a magnitude destas estatísticas, é evidente que isso não resolve o problema, pois adia para o momento do vestibular um problema crônico de falta de investimento efetivo também em educação fundamental e média.

Na área de especialidade do presidente foi instalada, no início do governo, em maio de 2003, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no âmbito do Ministério do Planejamento, com a promessa de estreitar o diálogo e incentivar a negociação com os trabalhadores do setor público. Entretanto, à revelia da Mesa, o governo encaminhou as propostas de reajuste linear de 1% em 2003, 3,5% em 2004 e 0,1% em 2005, muito aquém da inflação do período! As discussões das pautas dos servidores não avançaram, sob a constante justificativa de contenção de gastos para se cumprir a meta do superávit primário, razão pela qual a MNNP passou a ser chamada de mesa de enrolação ou encenação.

Com relação ao desemprego, nos dois primeiros anos do governo Lula a sua taxa foi maior que a observada em 2002, último ano de FHC, segundo o Dieese (Tabela 1). No ano de 2003, devido à política econômica recessiva, foi observado o recorde histórico de desemprego em nosso país. Apenas em 2005 o atual governo conseguiu obter uma taxa de desemprego menor que seu antecessor, porém, bem perto da taxa observada em 1998. Será este o paraíso da criação de empregos, anunciado pelo governo?

TAXA DE DESEMPREGO, 1998 A 2005

Tabela 1

| Ano | Taxa de Desemprego |
|------|--------------------|
| 1998 | 18,53 |
| 1999 | 20,22 |
| 2000 | 18,87 |
| 2001 | 18,71 |
| 2002 | 19,49 |
| 2003 | 20,73 |
| 2004 | 19,74 |
| 2005 | 18,01 |

Fonte: Dieese. Elaboração da autora, com base na média da taxa de desemprego de seis regiões metropolitanas (São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte), ponderada pela PEA de cada região metropolitana.

Quando falamos de renda do trabalho e de formalização do emprego, Lula também perde para FHC: nos três primeiros anos de mandato de Lula, o salário médio percebido pelos trabalhadores foi sempre menor que o recebido em 2002, e o número de trabalhadores com carteira assinada seguiu o mesmo comportamento, como se vê na Tabela 2 (página seguinte).

Em vez de enfrentar a ganância dos mercados financeiros e praticar uma política econômica que garantisse investimentos e geração de emprego, renda e dignidade, o governo praticou a política econômica mais ortodoxa, segurando a inflação com as taxas de juros mais elevadas do mundo e excessivos cortes nos gastos e investimentos públicos, optando por programas assistencialistas e compensatórios, passando a distribuir “bolsas-esmola” de forma

populista e paliativa. É uma vergonha que um dos maiores produtores de alimentos do mundo - 120 milhões de toneladas de grãos por ano - tenha 50 milhões de famintos e precise de um programa como o “Fome Zero”. No fundo, este problema está ligado com a questão agrária, cuja solução passa pela

É uma vergonha que um dos maiores produtores de alimentos do mundo tenha 50 milhões de famintos e precise de um programa como o “Fome Zero”.

Tabela 2

RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL DO TRABALHO E PERCENTAGEM DE TRABALHADORES COM CARTEIRA

(em R\$ de fevereiro de 2006)

| Ano | Valor (R\$) | Trabalhadores com Carteira (%) |
|------|-------------|--------------------------------|
| 2002 | 1.132,19 | 45,53 |
| 2003 | 989,57 | 44,07 |
| 2004 | 999,11 | 43,69 |
| 2005 | 1.021,38 | 45,04 |

Fonte: IBGE (PME, Tabelas 43 e 140). Elaboração da autora. No caso do rendimento médio, considerou-se a média do período de fevereiro a dezembro de cada ano, uma vez que não havia dados para janeiro de 2002. No caso da percentagem de trabalhadores com carteira, considerou-se a média do período de março a dezembro de cada ano, uma vez que não havia dados para janeiro e fevereiro de 2002.

necessária reforma agrária, que também havia sido prometida por Lula e não ocorreu.

Aprofundou-se a política de superávit primário, que foi crescendo e superando as metas exigidas pelo FMI ano a ano, passando de 3,89% do PIB em 2002 para 4,25% em 2003; aumentando para 4,59% em 2004 e para 4,84% em 2005, com compromisso de manutenção dessa política nos próximos quatro anos, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 (LDO), encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

Destoando completamente das propostas que constavam do livrinho azul, o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de “Fusão dos Fiscos”, que concentra toda a arrecadação federal de tributos em geral e contribuições previdenciárias no âmbito do Ministério da Fazenda e, simultaneamente, discute propostas de “déficit nominal” zero (que significará aumento do superávit primário para 7% a 8% do PIB!) e “aumento da DRU”, que hoje já retira 20% de receitas vinculadas pela Constituição Federal às áreas da saúde, educação, assistência e previdência. É evidente que a chamada “Super Receita” representa séria ameaça ao financiamento da previdência pública no país, pois tudo caminha no sentido de engordar ainda mais o elevadíssimo superávit primário,

Quase 60% de tudo o que se arrecada no Brasil é a título de tributos sobre consumo, embutidos nos preços, o que faz com que a sociedade não tenha consciência do tributo que paga.

rio, que tem sido obtido à custa de muito sacrifício: por um lado, o superávit é produzido pelo crescente aumento da carga tributária e, por outro, por drásticos cortes nos investimentos e gastos sociais promovendo-se o contingenciamento de fatias significativas do que está destinado, no Orçamento, às diversas áreas

sociais. Em 2005, por exemplo, nem o programa Fome Zero foi poupado. E todos sabemos o custo social dessas medidas, que significaram a subtração de recursos essenciais e urgentes à sociedade brasileira.

A carga tributária brasileira equivale a de países de primeiro mundo, que garantem um retorno incomparável ao que o governo brasileiro proporciona. Ela aumentou quase 7% do PIB nos últimos dez anos, e o modelo tributário tem se tornado cada vez mais regressivo, onerando o consumo e os trabalhadores. Quase 60% de tudo o que se arrecada no Brasil é a título de tributos sobre consumo, embutidos nos preços, o que faz com que a sociedade não tenha consciência do tributo que paga, pois as empresas apenas transferem para o preço de seus produtos e serviços o ônus tributário e quem paga a conta é o consumidor final. Quanto mais pobre, proporcionalmente, mais se paga, pois a totalidade da renda que o pobre consegue auferir é destinada ao consumo.

Por outro lado, permanecem livres de tributação ou com tributação amena os latifúndios, os lucros distribuídos, as remessas para o exterior, as grandes fortunas, as aplicações de estrangeiros em Bolsa de Valores e no mercado financeiro. Os ganhos dos ricos nunca foram tão elevados e com total liberdade para sair do país, prejudicando a implantação de uma reforma tributária justa, sob o infame argumento apresentado pelo governo de que “*se tributar o capital, ele foge do país*”. Ora, foge porque não se implanta uma política de controle de capitais, que, aliás, também havia sido prometida no livrinho azul e, na prática, se fez o contrário. Além de impossibilitar a implantação de um modelo tributário mais justo, a falta de controle de capitais tem deixado o país vulnerável e tem permitido operações de lavagem de dinheiro, fruto dos mais diversos crimes.

O setor financeiro tem sido um dos mais privilegiados por essas distorções do modelo tributário, aliadas à prática de taxas de juros exorbitantes, batendo recordes históricos de lucros, nunca vistos no país ou em qualquer parte do mundo, como se vê na Tabela 3.

Tabela 3

| LUCRO DOS BANCOS | |
|------------------|----------------------------|
| Ano | Lucro dos bancos (R\$ mil) |
| 1996 | -4.423.259 |
| 1997 | 4.235.378 |
| 1998 | 688.247 |
| 1999 | 13.089.980 |
| 2000 | 9.264.601 |
| 2001 | 814.201 |
| 2002 | 20.212.105 |
| 2003 | 19.071.440 |
| 2004 | 24.287.054 |
| 2005 | 33.844.079 |

Fonte: Banco Central.

Enquanto no período de 1996 a 2002 a média de lucro dos bancos foi de R\$ 6,3 bilhões por ano, no governo Lula a média anual dos lucros quadruplicou para R\$ 25,7 bilhões. Em 2005, bancos como o Itaú e o Bradesco lucraram mais de R\$ 5 bilhões cada um! O imposto pago por tais instituições não cresceu na mesma proporção, pois o setor goza de deduções esdrúxulas como a dos “juros sobre o capital próprio”⁸, além de uma série de benesses tributárias.

Os grandes empresários também batem recordes de lucro, beneficiados com isenções e reduções fiscais, principalmente exportadores e multinacionais que compraram estatais a preços indecentemente baratos e agora surfam na conjuntura favorável do mercado internacional. O maior exemplo é a Vale do Rio Doce, cujo lucro de R\$ 10,4 bilhões obtido no ano de 2005 superou o valor de venda de todo o seu patrimônio, por apenas R\$ 10 bilhões em 1997.

Em resumo, o Estado está sendo financiado pelos mais pobres, o que é evidenciado nos dados que demonstram a concentração de renda no Brasil. Essa distorção consta do último relatório da ONU sobre desigualdade social e respeito aos direitos humanos, o qual divulga que no Brasil 46,9% da renda nacional concentram-se nas mãos dos 10% mais ricos. Já os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% da renda. O estudo revela ainda que a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos do país para os mais pobres seria capaz de retirar 26 milhões de pessoas da linha da pobreza e reduzir a taxa de pobreza de 22% para 7%. A via mais óbvia para se efetuar essa transferência de renda seria via tributação dos ricos, o que só será possível se conseguirmos conscientizar a população - que efetivamente financia o Estado - sobre a necessi-

Enquanto no período de 1996 a 2002 a média de lucro dos bancos foi de R\$ 6,3 bilhões por ano, no governo Lula a média anual dos lucros quadruplicou para R\$ 25,7 bilhões.

dade de mobilizar e lutar por um modelo tributário mais justo.

O citado relatório da ONU sobre desigualdade social e respeito aos direitos humanos revela ainda uma situação vergonhosa:

- Com relação à distribuição da renda nacional, o relatório aponta que o Brasil é o oitavo país do mundo em desigualdade social, perdendo a posição de campeão mundial em desigualdade apenas para a Guatemala e mais seis países africanos: Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia;

- Relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupa a 63^a posição, atrás de países que possuem condição bem mais complicada em termos de ordem constitucional, Estado de direito e recursos, como a Macedônia e a Malásia.

Infelizmente, temos de admitir que tais relatórios refletem o quadro de enormes injustiças sociais que presenciamos em nosso país: miséria, fome, desnutrição, desemprego urbano e rural, favelização, analfabetismo, violência, ausência de serviços de saúde e assistência social para grande parte da população.

Quais as razões para essa vergonhosa situação, se somos um país potencialmente tão rico; se possuímos extenso território privilegiado com recursos naturais, humanos, culturais, econômicos de todos os setores - industrial, agrícola, comercial, serviços?

A grande amarra, que não deixa nosso país deslanchar e seguir seu rumo de grande nação que garante direitos humanos e vida digna para todos os seus habitantes é o modelo econômico equivocado, subserviente aos interesses do capital financeiro nacional e internacional, que gira em torno do questionável processo de endividamento interno e externo.

Apenas para ilustrar, nos seus quatro anos de governo, Lula destinará para os juros e amortizações das dívidas externa e interna nada menos que R\$ 717 bilhões, enquanto gastará R\$ 63 bilhões com educação, R\$ 137 bilhões com saúde e R\$ 12 bilhões com reforma agrária.

É por isso que, no início deste artigo, frisei que estava fazendo uma avaliação crítica do ponto de vista dos trabalhadores e movimentos sociais, já que do ponto de vista do mercado financeiro, dos rentistas e dos grandes empresários a avaliação é inversa.

Os recursos destinados aos juros da dívida impedem a realização de investimentos geradores de emprego, a implementação de política agrária e a prestação de serviços públicos, especialmente educação e saúde, levando a um aumento visível do processo de favelização nas cidades, provocando crescimento brutal do número de assaltos, crimes, presídios superlotados. Enfim, vem caindo significativamente a qualidade de vida da população nos últimos anos.

No que se refere à política externa, o governo faz propaganda de que pagou ao FMI e está resgatando antecipadamente títulos da dívida externa - os *Bradies*. Na verdade, o que se fez foi uma troca de dívida antiga por nova, mais cara e com mais condicionalidades⁹.

No caso do FMI, não ficamos livres das amarras que ditam a política econômica; tanto é que continuamos custeando as periódicas “visitas” dos técnicos do Fundo, que vêm auditar nossas contas. Em termos políticos, portanto, prosseguimos atrelados. Em termos financeiros foi um péssimo negócio para o Brasil, que pagou dívida cujo custo era de cerca de 4% ao ano, ao mesmo tempo em que está emitindo aceleradamente

Nos seus quatro anos de governo, Lula destinará para os juros e amortizações das dívidas externa e interna R\$ 717 bilhões, enquanto gastará R\$ 63 bilhões com educação, R\$ 137 bilhões com saúde e R\$ 12 bilhões com reforma agrária.

títulos da dívida externa que chegam à marca de 12,75% ao ano, e com a cláusula CAC, além das taxas, comissões e demais despesas para colocação desses títulos no exterior, que sequer são divulgadas.

No caso do recente resgate dos títulos *Bra-dies*, também assistimos a uma brutal transferência de recursos públicos para a banca privada ao se resgatar por 100% do valor de face títulos de baixa liquidez - como afirmou o próprio governo - e com taxas de juros mais baixas que as incidentes sobre os novos empréstimos tomados pelo Brasil.

O governo se vangloria da queda do risco-país. É preciso inicialmente alertar para o fato de que as agências que medem o risco são as mesmas que recomendavam investimento nas empresas americanas envolvidas em escândalos contábeis. Em segundo lugar, isso reflete a abundância de recursos nos mercados internacionais de capital, visto que o risco-país caiu para todos os emergentes: até o final do ano passado o risco médio desses países ainda era menor que o risco Brasil, e ainda hoje se encontra bastante próximo ao nosso. Até mesmo os países que recentemente passaram por moratória - como Argentina e Rússia - estão com o risco menor ou próximo ao nosso. Em terceiro lugar, com a cláusula CAC, o mercado se sente bastante seguro, pois sabe que poderá ditar regras caso haja necessidade de uma renegociação. Portanto, não há motivo para se festejar a queda do risco-país medido pelas polêmicas agências internacionais, pois ele reflete um aumento do risco para nossa soberania.

Nesse cenário de juros estratosféricos, a dívida pública nunca esteve tão elevada e alcança patamares altíssimos. A dívida interna ultrapassou a marca de um trilhão de reais em dezembro de 2005 e a dívida externa permanece alta, na casa dos US\$ 188 bilhões em fevereiro de 2006. O governo brasileiro está emitindo títulos da dívida externa de forma acelerada, conforme pode ser

visto em tabela constante da página da Secretaria do Tesouro Nacional¹⁰. O crescimento exponencial da dívida se deve a essa política suicida de juros altos e baixo crescimento econômico, provocada justamente pela subtração de investimentos e gastos para dar conta dos mega superávits primários a cada ano.

Sabemos que a dívida é o pano de fundo dos problemas nacionais. É por causa da dívida que não há recursos para investimentos e para serviços sociais essenciais. O elevado grau de endividamento tem sido usado, nos últimos anos, como justificativa para imposição de enormes sacrifícios: modelo agrícola voltado para exportação, em detrimento da urgente reforma agrária; privatizações de empresas estratégicas e lucrativas; elevação das taxas de juros; aumento da carga tributária, aliado a cortes de investimentos e gastos sociais para cumprir as metas de superávit primário. Esse endividamento ilegal e ilegítimo é o responsável pela transferência para o exterior de quantias superiores às que tomamos emprestadas, e, ainda assim, a auditoria prevista na Constituição de 1988 não foi realizada.

E sequer sabemos que dívida é essa, como ela surgiu, quem se beneficiou, porque cresceu tanto e tão velozmente. Por isso é fundamental que todas as forças vivas da sociedade se unam para exigir que se cumpra a Constituição Federal e se realize uma completa auditoria desse obscuro processo de endividamento. Enquanto o Congresso Nacional se omite, grande esforço tem sido despendido pelas entidades que integram os trabalhos da Auditoria Cidadã da Dívida, movimento inserido na Campanha Jubileu Sul Brasil, que consiste em levantar informações, buscar documentos, realizar estudos e divulgar periodicamente tais informações, a fim de manter o tema do endividamento em debate e denunciar as verdadeiras causas do atual estado de desrespeito aos direitos humanos em nosso rico país¹¹.

Nesse final de mandato, podemos dizer que, infelizmente, as metas estereis, especialmente as de inflação e de superávit primário, tiveram prioridade total, em detrimento das metas sociais e humanas. Prevaleceu a “Carta aos Banqueiros”. Venceu a opção pelo aprofundamento do modelo capitalista, um modelo que em si é corrupto, pois corrrompe mecanismos e instrumentos da economia do país para transferir rendas dos pobres para os ricos, e de países pobres para os países ricos. O resultado não poderia ser outro: vários integrantes do governo e do PT, no Executivo e Legislativo, desmoralizados por envolvimento com a corrupção que marca os tempos atuais, denunciados pelo Ministério Público, acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão ilegal de divisas, corrupção ativa e passiva e peculato, conforme denúncia enviada ao STF em 30 de março de 2006.

De acordo com a investigação do procurador-geral, o esquema do mensalão era uma organização criminoso dividida em três núcleos: o político-partidário, o publicitário e o financeiro¹².

Infelizmente, a corrupção venceu a esperança. Não foi desta vez, porém, prosseguiremos na luta por um governo popular que promova uma profunda mudança rumo à recuperação de nossa soberania e à garantia do atendimento aos direitos essenciais da sociedade brasileira, mediante acesso à saúde, educação, trabalho, moradia, terra, segurança, assistência, de forma a obtermos um desenvolvimento de forma justa e solidária.

NOTAS

¹ A Desvinculação das Receitas da União (DRU) retira recursos das áreas sociais para os quais a Constituição Federal garante uma vinculação - como educação, saúde

É fundamental que todas as forças vivas da sociedade se unam para exigir que se cumpra a Constituição Federal e se realize uma completa auditoria desse obscuro processo de endividamento.

e previdência - e permite que o governo os destine para o pagamento de juros da dívida pública.

² Cláusula de Ação Coletiva (CAC). Exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta cláusula transfere aos detentores de 85% dos títulos o poder de decidir como será sua renegociação, no caso de dificuldade de pagamento, e ainda transfere para Nova York o foro para o caso de litúgio, ferindo frontalmente a soberania nacional.

³ Diz o texto: “Do lado das receitas, coloca-se a necessidade de realizar uma re-

forma tributária ampla, baseada nos critérios de eficácia da arrecadação e de justiça-fiscal. É preciso desonerar a produção, reduzir os tributos sobre os assalariados e as classes médias (progressividade dos impostos), taxar grandes fortunas e grandes heranças e ampliar a base de arrecadação, ao reduzir as brechas para a evasão e a sonegação fiscais (por exemplo, através do acesso aos dados da CPMF).”

⁴ *O Globo*, 26 abr. 2006.

⁵ Informativo *INEP*, n. 130, 6 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo130.htm>>.

⁶ *Folha de S. Paulo*, 18 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18558.shtml>>.

⁷ Não se consideraram as contribuições previdenciárias sobre a folha de salários.

⁸ Despesa permitida pela Lei n.º 9.249/95, artigo 9º, que possibilita a dedução do valor dos juros calculados sobre o próprio capital, para fins de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), beneficiando somente pessoas jurídicas altamente lucrativas.

⁹ Ver recentes artigos *Contradição inexplicável e Carnaval da dívida externa*. Disponível em: <www.divida-auditoriacidada.org.br>.

¹⁰ Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls>.

¹¹ Disponível em: <www.divida-auditoriacidada.org.br>.

¹² Ver notícia e íntegra da denúncia do Procurador-Geral da República. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=6890>>. 